

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BARROS, Sebastião do Rego. *Sebastião do Rego Barros II (depoimento, 2009)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2011, 27 p.

**SEBASTIÃO DO REGO BARROS II  
(depoimento, 2009)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Matias Spektor

levantamento de dados: Matias Spektor

pesquisa e elaboração do roteiro: Matias Spektor

técnico de gravação: Gleise Andrade Cruz

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 19/02/2009

duração: 1h 38min

Fitas Minidy: 2

Arquivos Digitais em áudio: 2

páginas: 27 p.

Entrevista realizada no contexto do projeto "Luiz Felipe Lampreia", desenvolvido com financiamento da Souza Cruz, através da Lei Rouanet de incentivo fiscal do Ministério da Cultura, entre julho de 2008 e junho de 2009. O projeto visa à constituição de um banco de entrevistas audiovisuais com o ministro Luiz Felipe Lampreia e pessoas indicadas por ele, além de completar o tratamento técnico do seu arquivo pessoal, doado ao  
CPDOC.

## *Sumário*

*Entrevista: 01/09/2008*

**Arquivo em áudio 1:** A seleção para o Instituto Rio Branco, onde o entrevistado conheceu Luiz Felipe Lampreia , entre 1961 e 1962; a reação do entrevistado ao Golpe Militar de 1964; o trabalho na Divisão da Europa Ocidental, em que atuou na área comercial; a reação européia ao Golpe Militar e pequenas manifestações em Bruxelas (1969), em resposta ao AI-5; breves comentários acerca dos produtos exportados pelo Brasil pré-industrialização; menção ao debate acerca do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT); atuação do entrevistado em Washington, na Organização dos Estados Americanos (OEA); comentários sobre a reação da OEA à Ditadura ao não reconduzir Raul Fernandes para a Comissão Jurídica Interamericana e solução deste problema, pelo chanceler Mário Gibson Barbosa; a nomeação de Sérgio Armando Frazão na ONU, Araújo Castro em Washington e o George Maciel na OEA; comentários acerca do cargo dado a Araújo Castro, dado o fato de ele não ser ligado à ditadura; comentários acerca da ida do Presidente Médici à Washington, em dezembro de 1971; o trabalho no gabinete do ministro Azeredo da Silveira: funções e contexto; o Governo Jimmy Carter e a relação com o Brasil a partir dos temas: Direitos Humanos e Não-Proliferação de armas e energia nucleares; atuação do entrevistado na questão de energia nuclear; o receio de países estrangeiros pela não-assinatura do TNP (Tratado de Não-Proliferação de armas Nucleares); a difícil relação entre Brasil e Argentina; a visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, durante o Governo Jimmy Carter, Cyrus Vance, em que este esquece o plano de estratégias americano no Brasil.....pp.1-16

**Arquivo em áudio 2:** o trabalho com o subsecretário econômico do Governo Figueiredo, Paulo Tarso; a melhora da relação entre Brasil e Argentina no Governo Figueiredo e, principalmente, com os governos de José Sarney, no Brasil, e Raul Afonsin, na Argentina; as reuniões do entrevistado com o negociador argentino Jorge Sábato; reações do então presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Rex Nazaré, e do setor militar, à aproximação entre Brasil e Argentina; a carreira do entrevistado e sua promoção a embaixador; eleição de Fernando Collor de Mello à Presidência da República (1989), e ida do entrevistado à Moscou, como embaixador; contexto da União Soviética àquela época, com Mikhail Gorbachev na presidência; instruções e funções do entrevistado enquanto embaixador em Moscou; a visita do então Presidente Fernando Collor à União Soviética; importância de Paulo Tarso no aconselhamento de Collor durante a transição para seu mandato; comentários acerca do assessor diplomático de Collor, Marcos Coimbra; a ida ao Iraque por ocasião de um seqüestro de brasileiros; menção ao encontro com Saddam Hussein antes deste se tornar presidente; críticas à política externa do Governo Collor; o chamado para trabalhar

como Secretário Geral do ministro Luiz Felipe Lampreia, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso; lembranças acerca de como o entrevistado conheceu Fernando Henrique Cardoso; o convite que Fernando Henrique recebeu de ser chanceler do Governo Collor, negado por orientação de Mário Covas..... pp.16 – 27.

*Entrevista: 19/02/2009*

**M. S.** – Embaixador, vamos começar com como o senhor conheceu o Felipe Lampreia, em que circunstâncias, em que momento da história da sua carreira.

**S. B.** – Conheci o embaixador Lampreia quando nós estávamos fazendo exame para o Instituto Rio Branco. O Instituto Rio Branco tem – tinha, na época, imagino que ainda tenha até hoje em dia, a prova tem dois estágios, que se chamava de prévio, e que aí havia a eliminação de um grande número de alunos, e depois o definitivo. Eu o conheci entre o prévio e o definitivo, numa livraria, nós dois, comprando livros, tentando nos preparar para o definitivo.

**M. S.** – Isso aqui, no Rio.

**S. B.** – Isso no Rio de Janeiro. O Instituto Rio Branco ainda era no Rio, o Itamaraty ainda era no Rio. Isso foi no ano de... 1962. E daí... Enfim, acho que o exame prévio foi em final de 61 e o definitivo... Aí eu não tenho... Claro, se foi no final de 61, ou logo no início de 62. Eu sei que começamos, tendo passado os exames, começamos as aulas no Instituto Rio Branco em março de 62. Então somos da mesma turma. E fizemos os dois anos juntos. E depois, formados, eu fui trabalhar na Divisão da Europa Ocidental e fiquei... Começamos a trabalhar, nossa turma se formou em novembro de 63, começou a trabalhar logo em seguida. E eu fui para a Divisão da Europa Ocidental, onde fiquei até o momento em que a nossa turma, mais ou menos, começou a sair. Uns saíram antes, outros ficaram mais tempo. E eu saí em julho de 66 e fui servir na Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia. Chamava-se Comunidade Econômica Européia.

**M. S.** – Embaixador, quando o senhor fez o concurso e o senhor entrou para a carreira era o momento da política externa independente, de debate político impressionante, dentro do Brasil, sobre as relações internacionais do Brasil; e o senhor é pego pelo golpe de 64 logo no começo da carreira.

**S. B.** – É verdade.

**M. S.** – Como é que isso afetou, se é que afetou?

**S. B.** – Olha. Na minha carreira, ela... afetou muito a mim no ponto de vista psicológico, me deu um enorme desânimo, mas o que eu fazia na época, terceiro secretário, era observação de alguns países da Europa Ocidental, e aí fazia mini-relatório de tudo que vinha para as autoridades do Itamaraty, até chegar... Portanto, a parte de trabalho em si não foi muito tocada. Mas foi... Não foi... Foi duro no sentido das coisas que você ouvia; mas, pelo fato de eu estar fazendo algo até muito simples e muito de um diplomata iniciante, eu não tive sobre mim uma pressão muito grande.

M. S. – Existia o medo, já àquela época, de que alguns países europeus pudessem evoluir para a esquerda, como haveria mais tarde no caso da Grécia, no caso da Espanha, no caso da Itália, no caso de Portugal?

S. B. – Matias, eu não sou capaz de me lembrar muito bem daquela época...

M. S. – Mas não era um grande tema.

S. B. – Não, não era. Eu posso te dizer que não, não era. Não estava no caso do... Isso foi 62. Não. Não estava no...

M. S. – No radar.

S. B. – No radar. Não estava. Não sei... Não. Nem mesmo no caso da Grécia, não estava.

M. S. – Quando o senhor saiu do país em 66, havia problemas lá no posto, para o senhor tendo que representar uma ditadura, ou os europeus, isso ainda não tinha ganhado raiz, como ganharia na década de 70?

S. B. – Ainda não tinha. Ainda não tinha. De certo modo, eu acabei passando... tirando a parte interior e de tomar conhecimento mas em termos práticos, eu acabei escapando ileso desse momento tão difícil; primeiro porque tratava de assuntos que não eram tão... Para você ter uma idéia, um dos assuntos de que eu tratei quando estava na Divisão da Europa Ocidental, eu fui meio que emprestado à área fazendária do governo, e o Brasil estava tentando negociar acordos de bitributação com vários países da Europa Ocidental, então eu passei uns seis, oito meses muito dedicado a assuntos de bitributação. Se você quer escapar de assuntos políticos... [ri]

M. S. – Nada melhor.

S. B. – Não foi proposital, não. Foi uma coisa que caiu sobre mim então... Visitamos esse grupo, visitamos a Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Suécia, Noruega, Áustria, a Suíça e Itália. Foi um grande esforço, um grande esforço para negociar esses acordos de bitributação. Nessa época... Isso é quando? Isso é 65. 65, início de 66, nessa época, não havia manifestações, que eu visse, e nem mesmo no jornal havia muito essa parte de manifestações no exterior contra o Brasil. Aí eu fui para Bruxelas em 66, também um trabalho muito econômico, porque, naquela época, era apenas Comunidade Econômica Européia. Depois, a missão se chamou das Comunidades Européias, hoje é sobre a União Européia. Então minha dedicação foi muito na parte econômica. E isso aí tinha uma parte confortável, do ponto de vista de você conviver com a ditadura, não é. Eu saí de Bruxelas em final de 69. Em 69 houve umas pequeníssimas, pequeníssimas manifestações.

M. S. – Pelo AI-5

S. B. – É. Mas muito poucas e pequenas. E o que havia recaía sobre a embaixada do Brasil em Bruxelas.

M. S. – E não sobre vocês.

S. B. – É. Então aí...

M. S. – Quem era o embaixador que estava a cargo do seu posto?

S. B. – Era uma embaixadora chamada Odete de Carvalho e Souza. Foi a primeira embaixadora de carreira da história do Brasil. Uma pessoa muito interessante, trabalhadora, e ao mesmo tempo muito linha-dura, ligada ao pensamento de direita no Brasil. E com quem eu me dei bem porque ela não falava de assuntos políticos, ficava falando nos nossos assuntos de quitanda, de café, de cacau. [ri] Disso.

M. S. – À época, o Brasil ainda exportava, sobretudo, café. Estava começando a virar.

S. B. – É. Estava começando. Mas aí era... A exportação de café, seguido de cacau e açúcar era dominante. Não tinha começado ainda o ciclo de manufaturados.

M. S. – Claro. É pré-industrialização pesada. Embaixador, o debate sobre o GATT<sup>1</sup> e a posição do Brasil no GATT, que é tocada por embaixadores bem mais *seniors*, por exemplo, o Silveira, àquela época, isso passava por vocês, de alguma maneira, em Bruxelas, ou havia uma desconexão muito maior? Estamos falando do período em que o Itamaraty ainda não tem uma unidade central para comandar o comércio internacional.

S. B. – Olha. Eu acabei... Em Bruxelas, eu não participava e não chegavam a Bruxelas os assuntos, especificamente, de GATT. O que tinha, e quem estava em Bruxelas, (isso aconteceu comigo, muito, e com um colega que estava em Bruxelas) é sermos chamados, com alguma frequência, a Genebra mas mais para produtos. Eu fui chamado a Genebra para duas reuniões de açúcar, porque estava se tentando renegociar o novo acordo internacional de açúcar; eu fui chamado, fui levado à segunda conferência das Nações Unidas de desenvolvimento, a UNCTAD, que foi em Nova Déli. Então, o fato de eu estar na Comunidade Econômica Européia, fui incluído na delegação do Brasil, que era uma delegação enorme. Mas aí era outro foro, foro UNCTAD e não foro GATT. Nessa época, o GATT em si, eu e a missão não tínhamos muito a ver não. Eu fui convidado pelo embaixador Silveira para ir de Bruxelas para Genebra, mas, naquela época, havia uma coisa chamada posto peculiar, então eu tive que ir para um posto de Terceiro Mundo. Fui para Lima, Peru. Aonde eu fiquei só um ano, porque foi um desses planos feitos por burocrata, e não se deram conta que não tinha como obrigar que todos os diplomatas tivessem os tais três anos...

M. S. – No posto peculiar.

S. B. – No posto peculiar, para seguir sua carreira. Porque nós não tínhamos um número tão grande de postos peculiares. Enfim, aí passei um ano em Lima, Peru, e fui depois para a missão do Brasil junto a OEA, em Washington.

---

<sup>1</sup> O entrevistador refere-se ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), em inglês.

M. S. – Em que ano o senhor chega a Washington?

S. B. – Em Washington, eu cheguei no ano de 71. Final de 70.

M. S. – Quem era o embaixador?

S. B. – Era o... O embaixador em Washington era o... o Araújo Castro.

M. S. – Na embaixada. E na OEA<sup>2</sup>?

S. B. - É. Era o George Álvares Maciel. O George Álvares Maciel era embaixador em Lima. E eu cheguei lá no final de 69, início dos anos 70. Aonde ele tinha chegado há pouco. Eu não o conhecia, só de fama, porque já era um embaixador muito famoso, e...

M. S. – E ele o levou para Washington quando para lá foi.

S. B. – É. Tivemos uma relação muito boa, tanto profissional quanto pessoal, e ele quando foi para Washington... Ele foi para Washington numa situação muito complexa. Aí eu posso até te mencionar um episódio, que tem a ver com o Brasil ditadura. No caso que houve, em Washington, em 1970... 69 – 70. A data exata eu não estou lembrado. É que o Brasil não conseguiu reconduzir o dr. Raul Fernandes para a Comissão Jurídica Interamericana, cuja sede é no Rio de Janeiro. Era. Acho que continua até hoje. E isso causou um grande, um grandíssimo problema para o Itamaraty, para o Mário Gibson Barbosa, que era o chanceler, porque foi visto como um repúdio do sistema interamericano ao regime brasileiro. E isso foi difícil. O Gibson empregou todos os seus esforços para conseguir uma solução. Conseguiu uma solução diplomaticamente aceitável para o governo militar brasileiro, graças à Venezuela. A Venezuela, o venezuelano que tinha sido eleito abriu mão enfim. O detalhe é... Mas o acordo...

M. S. – E o Fernandes ficou.

S. B. – E aí o Raul Fernandes foi eleito no lugar desse que renunciou. Foi um remendo. Mas a idéia era que não ficasse claro que tinha havido um repúdio à ditadura. E neste episódio, o então embaixador na OEA, ele foi... embora ele fosse muito ligado ao Gibson Barbosa, atribuiu-se a derrota brasileira, em parte, a falha dele. E aí o...

M. S. – Quem era o sujeito, o senhor lembra?

S. B. – Era Henrique Vale. Um homem inteligentíssimo, e que foi vítima de uma serie de coisas. Era complexo mesmo. Era difícil.

M. S. – Perseguição por parte da ditadura?

S. B. – Não. Acho que não. Acho que foi... Havia. Havia. Porque, nessa época, a América latina estava mais tombada para a esquerda e...

M. S. – Inclusive no Peru.

---

<sup>2</sup> O entrevistado refere-se à Organização dos Estados Americanos (OEA).



**S. B.** – Inclusive no Peru. Inclusive no Peru, onde as nossas relações foram difíceis. Então na... Os únicos países que fechavam com o Brasil, para você ter uma idéia, eram Paraguai e Guatemala.

**M. S.** – Isso, na OEA.

**S. B.** – Na OEA. E então a vida não era fácil. Daí que o Mário Gibson Barbosa botou, tendo em vista esse problema, ele botou em três postos chave, embaixada em Washington, ONU e a OEA, botou três grandes embaixadores. Eu, inclusive, eu ouvi –, se não ouvi, me contaram que ele tinha dito, na sala ao lado -, que ele ia botar o... como é que era? – Gerson, Pelé e Rivelino. Era a Copa de 1970, o Brasil tinha sido tricampeão do mundo. Ele disse vou botar os três maiores jogadores lá. Então botou o Armando Sérgio Frazão na ONU, o Araújo Castro em Washington e o George Maciel na OEA.

**M. S.** – Embaixador, como é que ele bota o Araújo Castro na ONU, sendo que o Araújo Castro tinha sido chanceler da política externa independente e, claramente, um sujeito desconectado com a ditadura? Estamos falando no ápice da ditadura, o governo Médici. Como é que o governo Médici faz o Araújo Castro embaixador em Washington? Como é que se explica isso?

**S. B.** – Porque eu acho que a... [ri] Eu acho que a nossa ditadura, com tantas violências mas, acima de tudo, era muito incompetente. [ri] Muito incompetente. O Brasil é um país, em geral, incompetente. Até os ditadores são incompetentes. [ri] Então você teve uma coisa curiosa. Você tinha muitas pessoas que eram de esquerda que sobreviveram. Na minha turma, um número grande era de esquerda; enfim, uns, menos claramente, outros tinham sido mais claramente de esquerda. O José Guilherme Merchior, que era da minha turma, ele dava aula de estética marxista. E foi muito engraçado que, logo depois do golpe, ele escreveu um artigo sobre Gonçalves Dias, [ri] belíssimo, maravilhoso, da estética marxista pelo Gonçalves Dias, e não foi perseguido. O Merchior, mais tarde, virou... trabalhou em vários lugares com... Então, aí, eu não tenho uma explicação. Não tenho. O Araújo Castro saiu em 64, foi para a Grécia...

**M. S.** – Degredado para a Grécia.

**S. B.** – Degredado para a Grécia. E lá, na Grécia, ele ficou discreto. Aliás, um dos prazeres de se trabalhar na Divisão da Europa Ocidental, porque eu lia os relatórios escritos por ele.

**M. S.** – Ele mandava comentários sobre o gato do rei, não é?

**S. B.** – Isso. Era uma maravilha. Então não sei, não tenho muito como explicar. Eu não tenho muito nem pouco. Eu não tenho como explicar.

**M. S.** – Em 71, a agenda da OEA para o Brasil é o quê? Predominantemente o tema de Cuba e o movimento dos latino americanos para tentar levantar as sanções e, eventualmente, levantar o embargo?

**S. B.** – Não. Não. Em 71, Cuba entrava, mas não era um tema. Não. Em 71, você tinha uma tentativa de reviver a nova Aliança para o Progresso, que não era mais Aliança para o Progresso, mas o programa de cooperação dos Estados Unidos com a América Latina...

**M. S.** – Um novo diálogo, não é.

**S. B.** – Um novo diálogo. Isso foi mais tarde. Isso era... Agora na parte política, o tema que mais deu trabalho à missão na OEA, esse foi difícil, foi muito difícil, porque se queria introduzir na OEA uma questão do pluralismo ideológico, então... E havia de parte do governo brasileiro uma proibição de que se introduzisse esse conceito, pluralismo ideológico. Enfim, havia outros casos específicos assim, mas nada... Esse é o que foi mais forte. E a ponto de... Sabe. Você teve uma crise muito grande mesmo. E conseguimos, depois de... sei lá, várias reuniões, que se fosse aceito o conceito de pluralidade de ideologias, em vez de pluralismo ideológico. [ri]

**M. S.** – Certo. E o Brasil, sempre na defensiva.

**S. B.** – Sempre. Nesse momento, nós tínhamos só Paraguai e Guatemala. Posso estar enganado, me lembrar mais um ou outro mas... Paraguai e Guatemala. E o resto foi diplomacia braba. Diplomacia mesmo, para valer. George Maciel, o Ítalo Zappa...

**M. S.** – Bom para se treinar. O Zappa estava lá também?

**S. B.** – Estava lá, estava lá também. Ajudava muito. Eu, que tratava mais de assuntos econômicos, comerciais, também entrei um pouco. Entrei muito, porque eu ficava lá com... virando aquelas noitadas com o George Maciel. Enfim, foi um bom treino diplomático. A causa não era nobre, não, mas foi um bom treino. O treino foi bom.

**M. S.** – Em dezembro de 71, o Médici vai a Washington numa visita de estado e fica hospedado na Casa Branca. E naquele momento já tem protestos importantes contra a ditadura, nos Estados Unidos. Eu queria lhe perguntar se o senhor participou de alguma maneira da visita do presidente a Washington.

**S. B.** – Participei muito marginalmente. Eu era segundo secretário, acho eu, ou terceiro ou segundo secretário ainda, e a organização da visita foi feita pela embaixada, e eu fui chamado lá para uma coisa grande, um ônibus, que todos foram, cumprimentei lá o... Mas não, não tive participação maior, não. E o que ficou muito ali daquilo, que é uma coisa pública, foi aquela frase do Nixon, *Para onde vai o Brasil vai a América Latina*, que causou um preço aí.

**M. S.** – Para vocês, inclusive, na OEA, provavelmente.

**S. B.** – Sem dúvida.

**M. S.** – Apertou ali.

**S. B.** – Sem dúvida. Sem dúvida.

M. S. – Embaixador, o senhor sabe, talvez por comentários que fossem feitos entre os diplomatas à época, por que quando o presidente Médici encontrou o Nixon, os dois encontros que eles tiveram na Casa Branca, eles estavam sozinhos com o general Walters e, numa das ocasiões, com Kissinger mas não estava Gibson Barbosa acompanhando o presidente?

S. B. – É. Isso foi uma coisa que causou muita espécie, não é, inclusive entre nós, porque, de certa maneira, demonstrava uma falta de confiança no... por mais que fosse o Gibson Barbosa, no setor civil do governo.

M. S. – A percepção dentro do Itamaraty era de que vocês não eram... da mesa pequena.

S. B. – É. A percepção... Principalmente alguns. Quer dizer, como eu não me sentia muito parte daquele governo, eu era muito crítico; mas outros, que faziam mais parte, eram menos, mas... Era muito crítico. Foi muito duro, muito desagradável. Embora eu tenha, por sorte, e por gosto também, me ocupado muito com questões econômico-comerciais, isso gerava muito... Pelo contrário. O Brasil, na medida que passou a ser exportador de manufaturados etc., ele teve como... o seu principal inimigo era os Estados Unidos. E para quem trabalhava nisso era muito confortável, porque...

M. S. – Agradava a direita e a esquerda.

S. B. – É. Porque era o setor onde você chegava lá e desafiava o delegado dos Estados Unidos, dizia desaforo. [ri] E foi o setor aonde eu fiquei. Claramente, houve uma... Eu não sei se eu, se tivesse feito a minha carreira em outro momento, eu teria ido mais para o setor político do que eu fui; mas talvez tenha sido até uma escolha, de me concentrar no econômico; que foi toda a minha... todo o pessoal da minha geração.

M. S. – O Lampreia inclusive.

S. B. – É. Todo mundo pesava para o setor econômico.

M. S. – Embaixador, naquela época, apesar da tensão na relação econômica com os Estados Unidos, também tem uma aproximação política importante, principalmente no período Kissinger – Silveira, apesar dos problemas.

S. B. – É. Mas isso já foi um... É outro estágio. Quer dizer, aí já é o...

S. M. – O senhor já não estava lá.

S. B. – Não. Aí eu estava... Eu tinha voltado. Eu saí no início do governo Geisel. Acabou meu tempo no exterior, então eu fui de Washington para Brasília. E fui tratar... Fui para a Divisão de Energia que tinham criado e para o *desk* Petróleo. Esse *desk* petróleo tinha sido criado logo depois da crise de Yon Kippur, em 73, e o Lampreia se ocupava de petróleo; e o Lampreia foi trabalhar no gabinete do Silveira e eu fui para o lugar dele, tratar de petróleo. Então eu entrei na área de petróleo. E foi muito

interessante. Pouco tempo depois... Eu voltei em 74. Pouco tempo depois, o Lampreia saiu, foi fazer uma experiência numa empresa, a Vale, e eu fui para o lugar do Lampreia no gabinete do Silveira. Quer dizer, aí eu e o Luís Felipe, que desde o Rio Branco tínhamos sido muito amigos e companheiros e... e nos casamos mais ou menos juntos e tivemos filho... essas coisas, não é, que acontecem, e no período em que tivemos em postos diferentes, acabávamos nos vendo, aí voltamos de novo a ter um convívio mais paralelo e mais constante, que foi essa parte. Aí, vindo à sua pergunta, teve uma relação muito boa, muito... do Silveira com o Kissinger. Dois homens extremamente inteligentes. E no tempo do Kissinger, que ainda era Nixon, não havia, claramente, uma cobrança muito grande pela democracia, pelos direitos humanos. Isso não havia. Isso acentuou-se muito com o Jimmy Carter. E aí que as relações ficaram mais difíceis.

M. S. – Nesse período do Kissinger e do Silveira, por que nunca se pensou na possibilidade, do ponto de vista comercial, de fazer um acordo, um acordo grande? Em vez de negociar produto a produto, fazer um *umbrella*, dentro do qual se negociassem todos os produtos.

S. B. – Olha. Isso daí... Eu acho que, na realidade, não era uma coisa muito da época. Não havia esses acordos. Que eu me lembre. Posso estar enganado.

M. S. – Não. O senhor tem razão. Mas como tem tanto problema produto a produto, isso atrapalha tanto a relação política, eu fico sempre em perguntando por que não se encontrou uma fórmula mais geral.

S. B. – É. Você sabe que é uma coisa que na realidade, pelo que eu me lembre, não é nem uma coisa que eu tenha ouvido ou discutido ou alguém sugerido. Porque eu acho que, nessa época, esse tipo de acordo era um... estava fora de moda. Eu estou pensando aqui, alto, porque eu não... Há muito tempo que eu não penso nisso. Mas é que houve um repúdio a esse tipo de acordo, grande, na construção daquela arquitetura do pós guerra, com a criação do GATT, e... Eu mesmo peguei algumas coisas, pequenas, que havia, de acordos do passado, de pré GATT. (*Toca um telefone*) Dá para desligar aí ou?...

M. S. – Podemos parar um minuto?

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

M. S. - Estamos no período do senhor no gabinete do Silveira.

S. B. – E a sua pergunta dos acordos. E eu lembrando que os acordos...

M. S. – Que aquilo não era a tônica da época.

S. B. – A menos que eu esteja muito enganado, eu achava que estava fora de moda.

M. S. – Não. O senhor tem razão. O que me chama a atenção, você vê, tem tanta briga, a quantidade de cartas que o Silveira manda para o Kissinger, para resolver problemas mínimos de cota de café, de sapato, de aço, de carvão, é impressionante.

S. B. – É. Sapato. Já tinha a certificação do Bandeirante? Já entrava nessas?...

M. S. – Entra a certificação a certificação do Bandeirante, que dá uma trabalhadeira danada para vocês. Uma perda de tempo.

S. B. – É, trabalhadeira. Era de matar. Mas tinha muito trabalho. Era muito trabalho. Porque era... [ri]como você diz, era quase grão por grão de café.

M. S. – Em vez de ter um arcabouço institucional básico para conversar. Mas tudo bem. O senhor quer partir para onde agora? Tem mais algo importante a dizer sobre sua passagem pelo gabinete do Silveira?

S. B. – Ah! Tenho. Tenho muito. Bom. Eu acho que a relação do Brasil com os Estados Unidos mudou muito com o Jimmy Carter. (*Toca um telefone*) (Deixa eu só ver se é... Dá licença.) (*Atende o telefone*). E Jimmy Carter chegou com uma agenda de... com dois pontos da sua agenda que eram absolutamente incômodos para o Brasil ditadura: direitos humanos e não-proliferação de armas nucleares e da energia nuclear. E eu, felizmente, fiquei afastado da parte de direitos humanos mas, felizmente também, fiquei muito envolvido com a parte nuclear.

M. S. – No gabinete ainda.

S. B. – No gabinete.

M. S. – Com Lampreia já de volta ao gabinete.

S. B. – Lampreia de volta, mas na...

M. S. – Como assessor de Imprensa.

S. B. – Como assessor de Imprensa. Portanto, essa parte, ele não se... não cuidava assim. Cuidava como assessor de Imprensa. Mas o fato é que nós tivemos que criar lá uma espécie de um *think tank*, da noite para o dia, em energia nuclear. Eu fiz um curso, estudava energia nuclear. [ri]

M. S. – Quem participava desse mini *think tank*? Que era dentro do gabinete, pelo que eu entendi.

S. B. – É. Eu acho que era o ministro... Não sei se já era embaixador. Eu acho que não. Era Geraldo de Holanda Cavalcanti, era, na Secretaria Geral, o Ronaldo Sardenberg, era um diplomata chamado...

M. S. – Que era mais novo do que vocês.

S. B. – É.

M. S. – Terceiro secretário ainda. Ou segundo, talvez.

S. B. – É. Mas ele... Não. Ele é mais novo. Praticamente juntos.

M. S. – Ah é?

S. B. – É. Porque ele é da turma exatamente posterior à nossa. E eu acho que o Luís Augusto Araújo Castro. Araújo Castro não. Luís Augusto Castro Neves. Castro Neves. Que conhecia muito energia nuclear. Enfim, era esse grupo.

M. S. – O Paulo Nogueira Batista...

S. B. – Ah. O Paulo Nogueira Batista sim. Paulo Nogueira Batista...

M. S. – Mas ele era embaixador e tomava conta do tema numa subdivisão própria.

S. B. – É. É. Porque... É. O Paulo Nogueira Batista, ele era chefe do Departamento Econômico e cabia ao Departamento Econômico do Itamaraty cuidar da energia nuclear. Porque nós víamos a energia nuclear como energia. E quando o assunto entrou, de não-proliferação, acabou ficando com o pessoal do setor econômico e não com o pessoal da Nações Unidas, que é onde deveria ter ido parar.

M. S. – Por uma questão de personalidades?

S. B. – Eu acho que por personalidade, porque., É. A personalidade do Paulo Nogueira Batista era fortíssima. E também era... O assunto era mais vivo. Porque nós tínhamos feito então... Esse é um episódio que eu acho muito importante. Ele é anterior, é anterior a esse momento do Jimmy Carter. Mas é um episódio que nos faz aumentar a preocupação com energia nuclear. Os Estados Unidos num dado momento, acho que foi até como resultado da crise do petróleo, aumentou a demanda no mundo por energia nuclear. Estou falando de demanda energética. Uma fonte nuclear. Tendo o petróleo subido tanto de preço, a fonte nuclear... E o que aconteceu, especificamente, aqui. O Brasil tinha um acordo assinado com os Estados Unidos de fornecimento de urânio enriquecido.

M. S. – Com a Westinghouse.

S. B. – Com a Westinghouse. E que o Brasil ia fazer duas ou três usinas com a Westinghouse. E tinha assinado com um departamento dos Estados Unidos, não existia departamento de energia nos Estados Unidos ainda, (tinha um nome lá, uma sigla) de ter quantidade 'x' de urânio enriquecido. Aí houve uma... *(Toca um telefone. Ele atende.)* E houve então a decisão do governo dos Estados Unidos de fazer uma classificação desses contratos. Então os Estados Unidos tinha contrato com um número 'x' de países. E eles pegaram e disseram: bom, nesses contratos número 'y' é firme, e o 'x-y' é não-firme. Ou seja, nós supriremos se houver.

M. S. – E nós caímos nessa.

**S. B.** – No não-firme. Isso provocou indignação. E provocou também oportunidade para pessoas, que havia muitos, principalmente no governo Geisel, nacionalistas, de partir para alternativas, que não fosse ficar dependendo dos Estados Unidos, que tinham demonstrado que não eram confiáveis. Então houve uma tentativa, tentativas com a França, que nós tínhamos mais tradição de contato com a França, de energia nuclear...

M. S. – Silveira chegou a ir a Paris, não foi, para negociar?

**S. B.** – Foi. Foi.

M. S. – Uma pauta, pelo menos.

**S. B.** – Isso. Foi.

M. S. – O senhor foi nessa viagem?

**S. B.** – Não. Até então, eu não tinha entrado em energia nuclear. Quer dizer, enquanto a coisa estava direitinha, [ri] eu não tinha entrado. Mas quando aconteceu isso, aconteceu também que entre eu estar na Divisão de Energia e passar para ir para o gabinete do Silveira, o principal, o chefe do gabinete do Silveira teve alguma coisa, que eu não sei o que é que é... Perdão. O principal sujeito do gabinete do Paulo Nogueira Batista teve algo pessoal e ficou afastado um tempo e eu fui para o lugar dessa pessoa, e aí fiz uma relação muito forte com Paulo Nogueira, com essa coisa de muito trabalho e... Paulo Nogueira é um sujeito difícil mas ao mesmo tempo extraordinário, uma inteligência brilhante, com mil idéias e... E eu sempre tive esse defeito de gostar muito de trabalhar. [ri] É uma estupidez. Mas... o que é que eu vou fazer? [ri] Então eu comecei a me envolver aí com energia nuclear. Mas pouco. Pouco. A parte da negociação mesmo, do acordo com a França, nessa época, eu não... eu tomava conhecimento, mas não participava. Depois, na parte do acordo com Alemanha, aí um pouco mais, mas muito lateralmente. Mas enfim. E eu fui para o gabinete do Silveira depois. Aí veio esse problema com os Estados Unidos e o Jimmy Carter. E aí eu acabei entrando. Eu estou te dando mais ênfase a isso porque, depois, eu passei muito tempo me dedicando a alguns setores da energia nuclear. Fizemos o... na época, o livro branco. Mas isso já foi no Jimmy. Fizemos o livro branco da... Você conhece esse livro? Tem um livrinho.

M. S. – Não.

**S. B.** – É. Até tem uma versão assinada pelo Silveira.

M. S. – Que é um livro branco sobre os propósitos do programa nuclear brasileiro.

**S. B.** – É.

M. S. – Que é para esclarecer à opinião pública externa de que isto não é um programa para construir uma bomba.

**S. B.** – Isso. Fizemos esse livro branco. E foi traduzido para inglês, francês, espanhol e alemão.

M. S. – Mas não convencemos ninguém, não é.

S. B. – Não convencemos ninguém.

M. S. – Embaixador, sobre esse ponto. O senhor era um dos diplomatas envolvidos na negociação de um programa de desenvolvimento de tecnologia nuclear, e o medo, fora do país, era de que o Brasil estivesse avançando rapidamente em direção à construção de uma bomba.

S. B. – É.

M. S. - O que fazia sentido, tendo em vista que não tínhamos assinado o TNP e, em 74, a Índia estoura a primeira bomba. Era um medo válido o dos estrangeiros?

S. B. – Olha. Eu, até hoje, não tenho provas, mas eu acho que sim. Até mesmo porque você tinha do outro lado o perigo argentino, que era uma coisa muito presente.

M. S. – E o Perón já tinha dito que queria adquirir tecnologia nuclear com capacidade de enriquecimento.

S. B. – É. E a Argentina tinha uma dianteira sobre o Brasil. Depois vieram países tecnologicamente mais avançado, com cientista, um ou dois tinham ganho prêmio Nobel, que é uma dor que o Brasil tem até hoje. [ri] E o nosso setor nuclear... O setor nuclear argentino avançou muito. Desde o seu início. Eu, na época, andei lendo, estudei a história, e da nossa também. A nossa, sempre foi um setor dividido, porque tinha um subsetor que era a favor da água leve, outro que era a favor da água pesada, e nisso nós acabamos perdendo tempo. Aí no governo, no governo Geisel, o Paulo Nogueira Batista, no fundo, tirou-se um pouco esses assuntos da... Porque isso era levado adiante pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Que era um órgão, no fundo, fiscalizatório, consultivo mas que também exercia função executiva, então as coisas eram... andavam muito devagar; e claramente, os argentinos estavam na nossa frente.

M. S. – Com tecnologia canadense, não é isso?

S. B. – Eles optaram pela água pesada, tecnologia canadense. Você produzindo energia com água pesada, você tem mais facilmente plutônio. Então o fato da Argentina ter optado pela tecnologia de água pesada era mais uma prova, para os antiargentinos, que a Argentina estava querendo fazer uma bomba, porque ela teria plutônio. Então... Bom. Aí eu volto lá à parte do imbróglio com os Estados Unidos. Bom. Fizemos o acordo com a Alemanha.

M. S. – O senhor participou da negociação do acordo com a Alemanha?

S. B. – Não. Não. Foi Paulo Nogueira Batista... Ele era sozinho. Fazia tudo sozinho, e com o ministro das Minas e Energia, que era o Shigeaki Ueki.

M. S. - O Silveira não se dava bem com o Ueki. Ele se dava bem com o Paulo Nogueira Batista?



**S. B.** – Mais ou menos. Não se dava muito bem, não. Porque o Paulo Nogueira não contava tudo, ele sempre tinha cartas na manga e...

M. S. - E Paulo Nogueira tinha acesso direto ao Geisel?

**S. B.** – Não. Acho que tinha através do Ueki. Agora o Paulo Nogueira, você já deve ter ouvido falar dele, é uma das pessoas mais brilhantes de inteligência que eu já vi na minha vida. Inteligentíssimo. Inteligente, culto e com capacidade de trabalho e com ambição, e ao mesmo tempo conhecedor de burocracia e...

M. S. – Operador.

**S. B.** – É. Não era brincadeira não. E muito bem. Então estávamos lá com o acordo, objeções dos Estados Unidos e a relação Brasil – Estados Unidos foi difícil. Nós rompemos o acordo militar. O Cyrus Vance<sup>3</sup> veio ao Brasil. Foi uma visita... Ele esqueceu as instruções.

M. S. – Os papéis. A gente tem isso. A gente tem as instruções aqui, no arquivo.

**S. B.** - Você tem, não é.

M. S. – Embaixador, esse ponto é importante. Uma vez que o Cyrus Vance vem e esquece a documentação em cima da mesa e a gente fica sabendo que parte da estratégia norte-americana é dividir a Argentina e o Brasil na questão nuclear, o Silveira preparou um documento (que a gente tem aqui no arquivo também) para Geisel dizendo: “precisamos compor o jogo nuclear com a Argentina. Nosso governo não vai poder fazê-lo”, porque as relações estavam muito más por causa de Itaipu, “mas isso fica para o próximo governo”. O senhor sentia isso também? Havia um clima nesse sentido? Ou isso somente acontece muito mais tarde?

**S. B.** – Era a coisa que eu mais sentia, a animosidade Brasil – Argentina, era uma coisa, você não tem idéia. Quer dizer, você tem idéia. Mas era muito duro. Muito duro. Tem um episódio aí, é um episódio, mas que ilustra. O Brasil, eu estou falando dessa época, 77, 78. Essa época. O Brasil exportava bens manufaturados, acho que até exportava automóveis, para o Chile, e exportava por caminhão, então começou o drama do túnel, que a Argentina fechava o túnel Las Cuevas - Caracoles. Então era um...

M. S. – E os caminhões não chegavam.

**S. B.** – E os caminhões não chegavam. Aí eu fui, o Brasil mandou uma delegação que era o chefe da Divisão de Transportes, que já era um conselheiro, era o chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), eu e mais alguns funcionários.

M. S. – O senhor como membro do gabinete do ministro.

---

<sup>3</sup> O entrevistado refere-se ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, durante o Governo Jimmy Carter.

**S. B.** – Do gabinete, é. Membro do gabinete. E aí as reuniões eram uma... inacreditável, de agressividade, de... E... Bom. Chegou-se ao ponto de o Geisel dar ordem para o Brasil fechar as estradas brasileiras para os caminhões argentinos. E o Silveira falou isso, [ri] e eu disse: “Não pode fazer isso”. O que me valeu levar uma bronca do Silveira. “O presidente quer, eu quero. Você diz que não pode?” [ri] Mas felizmente prevaleceu o bom-senso, não é, porque seria um ato impensável.

M. S. – Como a Argentina e o Uruguai agora.

**S. B.** – É. Nós não fechamos. Agora esse episódio aí, depois...

M. S. – Por que não fechou, se o presidente e o ministro de Estado queriam? De onde veio a força política para?

**S. B.** – Não. Porque acabou prevalecendo o bom-senso, não é.

M. S. – Eles mudaram de opinião.

**S. B.** – É. Eu passei maus momentos lá, [ri] o Silveira dando gritos comigo, mas eu dizia: não pode, não pode. E não podia. Não podia. Teria um salto... Entendeu? Não podia. Não foi feito. [ri] Não. Aí, caiu-se em si. Eu telefonei lá para o chefe do Departamento de Estradas de Rodagem, também começou a... Ele deve ter ido por outros meios.

M. S. – Pelo ministro.

**S. B.** – É. Porque é um ato muito violento. Muito violento. E com não só efeitos políticos “brabérrimos”... Depois, fazer o quê depois? Você vai nesse ponto, depois, para o quê você vai? Como também com efeitos práticos, porque há populações ali, de fronteira, que vivem disso. Esse é o tão famoso desvario político, não é, que se toma em... em regime autoritários, acontece muitas vezes. A História está cheia desses... E que acaba em loucura, não é.

M. S. – Sem dúvida. Nesse contexto de rivalidade, como é que, ao mesmo tempo, surge a idéia de que é necessário e de que vale a pena, de fato, conversar com os argentinos sobre questões nucleares?

**S. B.** – Ah! Bem depois.

M. S. – É depois que o Silveira e o Geisel estão fora.

**S. B.** – É depois do Figueiredo. É. Figueiredo, tem um pouco. Figueiredo e Guerreiro, tem um pouco. Mas a coisa avança mesmo é com Sarney e Alfonsín.

M. S. – Mas o senhor já começa a negociar com os argentinos antes. Ou não? Antes do Sarney.

**S. B.** – Pouco. Pouco.

M. S. – Nem em 83?

S. B. – Não. Mas aí... Pouco. Mas não ia adiante muito, não. Tinha lá umas conversas, mas não ia muito adiante. Aí, na parte nuclear, o que se encontrou lá, uma coisa que acabou me levando mil vezes a Viena, criou-se um grupo de trabalho dentro da AEA, para se criar um... para se fazer um regime de *plutonium storage*. International Plutonium Storage. Já que o plutônio é que era o grande perigo, que seria o grande... é o grande perigo, na verdade é -, e que era o alvo das atenções, então vamos, em vez de um país ficar sendo o fiscal dos demais, vamos fazer um regime dentro da... E aí o Brasil se ofereceu e os Estados Unidos aceitaram que o presidente fosse brasileiro. Foi o embaixador Paulo Cabral de Mello.

M. S. – Em que ano isso? O senhor lembra o ano?

S. B. – Lembro... Exatamente, não. Mas é 70 e... eu acho que é 78, 79.

M. S. – Já é com Carter.

S. B. – Já com Carter. Não. Isso surgiu com o Carter. O Carter é 77, não é?

M. S. – Isso.

S. B. – Então é 78, 79, por aí.

M. S. – Nesse período, embaixador, o acordo Brasil – Alemanha já está morto?

S. B. – Não. Não, não estava não. As obras seguiam.

M. S. – Mas os alemães já não queriam apostar na transferência de tecnologia.

S. B. – É. Aí já havia. Agora o...

M. S. – Como foi a reação brasileira?

S. B. – Mas você vê como as coisas são, quer dizer, no caso, vou falar do meu caso, e do caso meu, eu acho que estou falando também do Itamaraty. Nessa altura o Paulo Nogueira já tinha virado o presidente da Nuclebras, então você tinha esse assunto como sendo um dos temas principais da política externa e tratado em duas vias, porque o Paulo Nogueira meio que tirou o... achou que o assunto não era dele, era diplomático. Ele tinha que levar adiante o acordo Brasil – Alemanha. Então, a gente não sabia – não sabia mesmo, e a Presidência da República devia saber, imagino que soubesse, mas não sei se sabia cem por cento [ri] – o que estava sendo feito do acordo Brasil – Alemanha. Mas foi construída a Nuclebe. Foi feito muita coisa. Não se chegou a construir nenhuma usina. Porque aí as coisas foram parando, etc.. Mas muita...

M. S. – Parando, em parte, porque os alemães puseram o pé no freio, predominantemente.

**S. B.** – Foi. Predominantemente. Predominantemente. A pressão... Os alemães faziam muitas declarações, que eles não parariam, mas a pressão americana foi muito forte.

**M. S.** – E da opinião pública alemã, que já começa a virar. O Partido Verde começa a ganhar força.

**S. B.** – Exatamente. Começa a ganhar. Exatamente. Aquela campanha do Carter teve... Carter não foi um presidente bem sucedido, não foi reeleito, mas os dois temas dele tiveram seus frutos, não é.

**M. S.** – Sem dúvida.

**S. B.** – Tiveram seus frutos. E aí criou-se esse grupo de trabalho, eu... coitado, o embaixador nosso morreu, eu acabei presidente desse grupo. [ri] Eram as coisas mais doidas, quer dizer, eram uns assuntos tão técnicos. E aí fizemos o regime. E, mais uma vez na história, os Estados Unidos deram para trás. Como eles fizeram com a Liga das Nações, como fizeram com a Organização Mundial de Comércio em 46, 47, que devia ter sido criada então, não é, e eles...

**M. S.** – Eles desenham o regime mas depois caem fora.

**S. B.** – É. Então tem lá, na AEA deve ter, imagino, até hoje, os arquivos todos. E muito bem. Bom. Aí... O quê? Da parte de importância... No governo do Figueiredo, as relações com a Argentina melhoram muito, porque chega-se a um acordo sobre Itaipu, que era o acordo que podia ter sido alcançado antes. Mas aí havia um ressentimento e... Fica claro isso, não é. Quer parar aí?

[FINAL DO ARQUIVO DIGITAL 1]

**S. B.** – E então, vamos dizer, essa parte aí, durante o governo Figueiredo, não houve nada assim, que eu ache que eu tenha tido um papel mais... como eu tive no outro. E que volto a ter com o Sarney. Com o Sarney, eu me vejo... Eu, durante o Figueiredo, eu fui do gabinete do Baena, fui chefe do gabinete do Baena, fui chefe do Departamento de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica também, que eu fiquei só três meses. Eu detestei. [ri] Porque eu gosto mesmo é de conflitos. [ri] Cooperação em diplomacia é muito sem graça. E aí fui chamado para o Departamento Econômico.

**M. S.** – Já com Sarney.

**S. B.** – Acho que no final do Figueiredo, início do Sarney. É. Porque aí tinham criado lá um novo mecanismo. Você tinha o secretário-geral e o chefe do Departamento. Aí criaram secretário-geral e subsecretário, subsecretário político, subsecretário econômico e comercial e o subsecretário de administração. Isso ainda foi no governo do Figueiredo. E ainda no governo do Figueiredo, o subsecretário econômico foi o Paulo Tarso.

**M. S.** – O senhor foi trabalhar com Paulo Tarso.

**S. B.** – É. Que eu tinha, durante a nossa carreira, eu me tinha ligado muito ao Paulo Tarso. Nós fizemos algumas coisas juntos. Eu fui com Paulo Tarso ao Iraque... Aí, tem um episódio aí. Mas aí não... [ri] Estivemos com Saddam Hussein, que não era ainda presidente.

**M. S.** – Na época da crise do petróleo isso. No contexto de negociação de...

**S. B.** – É. Fizemos aquela grande negociação da estrada, aquele poço que foi encontrado pela Petrobras. Isso eu fui.

**M. S.** – Foram ao Irã também.

**S. B.** – Fomos ao Irã. Nós fomos ao Irã com o Simonsen. Se eu for para a carreira, eu não saio daqui nunca. E aí eu me liguei muito ao Paulo Tarso. Quando ele foi subsecretário, ele pediu lá ao ministro que eu fosse chefe do Departamento Econômico. Coisa que me deixou muito feliz, porque eu estava fazendo cooperação técnica em Pequim e fui chamado a ir... passar por Brasília e começar uma negociação sobre um acordo de restrição voluntária de aço para os Estados Unidos. [ri] Embora eu não entendesse nada do assunto de aço etc., consegui lá fazer uma negociação, pesadíssima, com os americanos. Mas aí fiquei muito feliz, porque voltei ao negócio da briga. [ri] Bom. Aí vem o governo Sarney. Vem o governo Sarney e cria-se um... O clima Brasil – Argentina, que já não era tão tenso graças ao Figueiredo, Figueiredo já tinha feito alguma coisa, já não era tão tenso, com o Sarney e o Alfonsín<sup>4</sup>, muda muito, porque ficou muito claro, e o Alfonsín dizia que ele estava convencido, (Nesse sentido, o Sarney tinha boa visão. O Sarney, como política externa, acho que ele foi bem. Ele tinha visão política.) que a disputa, a rivalidade, a inimizade Brasil – Argentina era um fator negativo na formação democrática dos dois países, do Brasil e da Argentina; e que portanto, acabar com esse clima, e acabar profundamente, era algo importante para o futuro democrático dos dois países. Quer dizer, aquilo que já tinha melhorado... Enfim. E Brasil e Argentina, desde o século XIX, tinha seus momentos melhores e tudo. Aí, em Sarney e Alfonsín, virou uma coisa de futuro dos dois países. Uma coisa mais forte. No que foi acompanhado pela opinião pública. Então nós tivemos aí a oportunidade de trabalhar com os argentinos com uma... um âmbito diferente, com um horizonte diferente, sem todos aqueles vícios do passado, de todo mundo desconfiado um do outro. Isso foi um exercício interessantíssimo, em termos pessoais, em termos políticos, em termos de treinamento. E houve muito progresso. Houve muito progresso na parte comercial, e que dava um trabalho brutal, brutal, brutal, porque tudo, tudo era briga, tudo era briga. E na parte nuclear. Na parte nuclear, embora fosse mais difícil, é menos complicado, porque como é um conceito político, você não tem que vender leite ou comprar trigo, não tem um quilo para lá, dois quilos para lá, a coisa, depois que desemperrou, foi muito bem. Então aconteceu, houve um acordo ou um acerto entre o Sarney e Alfonsín, e eu fui mandado conversar com o negociador argentino, que era o

---

<sup>4</sup> O entrevistado refere-se a Raul Afonsin, presidente da Argentina (1983-1989).

Jorge Sábato. Filho do Ernesto Sábato. Com quem eu tive umas quatro ou seis reuniões, só eu e ele.

M. S. – Alternadas, em Brasília e Buenos Aires?

S. B. – Em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Porque como não era para ninguém saber, Brasília era uma cidade muito transparente, não é, então...

M. S. – O senhor estava no Departamento Comercial, com o Paulo Tarso.

S. B. – No Departamento Comercial. Com Paulo Tarso. Mas aí foi uma escolha... O Sarney pediu ao Paulo Tarso alguém, ( ) que me conhecia, e o Paulo Tarso disse que ia me designar, a mim, para...

M. S. – E o senhor se reportava ao Paulo Tarso?

S. B. – Ao Paulo Tarso. Eu botava algumas oficialmente, me reportava ao Paulo Tarso que, nesse caso, diz ele, que se reportava ao Sarney. O ministro então era o Setúbal. Que sabia, mas não entrava nos detalhes, porque era uma coisa muito delicada.

M. S. – Claro. Qual era a natureza da conversa com o Sábato?

S. B. – Era, primeiro, nós nos convenceremos bastante e termos argumentos para defender junto aos nossos governos, às nossas burocracias que esse era um bom caminho; e como fazer...

M. S. – E o caminho já estava definido. Vocês já sabiam que o caminho para avançar era ter um regime bilateral. Ou ainda não se sabia?

S. B. – Ainda não. Não. Não. O caminho, era uma coisa bem antes, ainda era desarmamento de espírito. [risos] Ainda era desarmamento de espírito. Inclusive, foi curioso, que depois que essas reuniões ficaram mais conhecidas das burocracias e que entraram os dois setores, os setores nucleares dos dois países, foi muito curioso porque veio lá do SNI um sujeito que ia às reuniões, coronel De Cunto, e o coronel De Cunto me espionava. [ri]

M. S. – Claro. Em que nível? Seu telefone era grampeado?

S. B. – Não sei. Não sei. Eu sei que ele vivia... ia às reuniões, ficava sempre... [ri] Mas aí as coisas foram se tornando públicas, não é, e aí fomos caminhando...

M. S. – Isso foi uma decisão do Sarney. O Sarney impôs isso ao setor de energia e ao setor militar e ele escolheu o Itamaraty para começar a conversa, e houve resistências a isso? O sabendo de resistências dentro do aparelho de estado?

S. B. – Fiquei, fiquei sabendo, sim.

M. S. – Quem é que chiava?

**S. B.** – No setor nuclear, quem chiava era o então presidente da CNEN<sup>5</sup>, Rex Álvares Nazaré, ou Rex Nazaré Álvares<sup>6</sup>. Eu sabia que, da parte dele, ele fazia toda uma campanha (um homem muito inteligente, e sutil) para que as coisas não fossem levadas adiante, porque ele dizia: “Não, a gente não pode ir muito além porque eles não podem saber coisas que nós temos”. E com os militares, para você ter uma idéia, o então ministro da Guerra, esqueci o nome dele, convocou uma reunião... convidou – convidou o Setúbal e a alta cúpula do Itamaraty e a alta cúpula do Exército e fez uma apresentação do perigo argentino. Foi uma apresentação feita lá no forte Apache, aonde nos mostraram a Argentina com um poderio extraordinário e o Brasil, coitado, um pobre coitado. Aí ouvimos afirmações extraordinárias: que, se houvesse uma guerra total entre Brasil e Argentina, a nossa munição daria para cinco horas, mas que nós continuávamos com aquela nossa estratégia, que se os argentinos avançassem, nós iríamos recuar até Curitiba; e que a partir de Curitiba teríamos chance, etc.. E outras coisas. [ri]

**M. S.** – Em pleno ano de 1986.

**S. B.** – 86. E isso dito. Era secretíssimo. Enfim, para mim, essa... o tempo, tanto que passou... E é até bom que as pessoas saibam.

**M. S.** – Sem dúvida.

**S. B.** – É a coisa mais sem pé nem cabeça. É a coisa mais sem pé nem cabeça. O Setúbal saiu horrorizado. [ri] Banqueiro. Horrorizado. Então houve, houve resistências. Eu acho que o Sarney, o Sarney, não preciso dizer, ele é um sujeito muito hábil. [risos] Você pode pensar o que pensar, é. Eu tenho pelo Sarney até uma gratidão, que é por isso, por ele ter tido essa visão. Porque eu acho que essa inimizade Brasil – Argentina é uma coisa muito ruim para o país, para o Brasil. Porque o Brasil não tem sobra de poder para poder ter uma inimizade, e que não tem pé nem cabeça! Compreende? Se você dissesse, não, olha aqui, o Brasil não tem água, precisa d’água, não tem... não tem ouro... Argentina não tem ouro também. Então é uma... Quando eu entrei mais nas relações Brasil – Argentina, e desde a época dos caminhões, eu comecei a me dar conta... Porque eu também tinha esse pensamento em relação à Argentina, entende? Mas à medida que eu fui entrando, eu fui conhecendo os assuntos... Quer dizer, você tira a área comercial, que é difícil com qualquer país. A área comercial é difícil.

**M. S.** – Para um país que não acredita em livre comércio, sempre é difícil.

**S. B.** – É. E mesmo aqueles que acreditam, você vê o que fazem. [ri] Comércio é... Você não pode, o comércio, generalizar uma relação com um país. Você tem é que... O maior exemplo é Estados Unidos e Canadá. O número de problemas que há entre os Estados Unidos e Canadá –, não sei se hoje em dia ainda é assim, deve ser –, é uma coisa brutal. Só que tem que é tratado pelo...

---

<sup>5</sup> O entrevistado refere-se à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

<sup>6</sup> O entrevistado refere-se ao físico Rex Nazaré Alves.

M. S. – É institucionalizada a relação, para resolver.

S. B. – Institucionalizada. Pela Justiça, muita coisa é pela Justiça. E nós não. Nós – ah! os argentinos... não quer deixar entrar... Até hoje tem essa... O trigo, o trigo argentino não vem. Agora não... Enfim. Mas o que eu quero dizer é que, quando você entra nas relações Brasil – Argentina até o fundo, você diz: mas vem cá, qual é o nosso problema? Tirando essa coisa comercial, tirando a coisa de futebol, tirando a coisa de implicância com vizinho, que existe com qualquer vizinho, existe até entre a Suécia e a Noruega, tirando isso, por que você vai fazer guerra com a Argentina? Para quê? E isso daí, rapaz, era uma coisa que... Grande parte do século XIX e quase todo o século XX foi um tema dos dois países. País incompetente é país incompetente. [ri] Quer dizer, você em vez de usar essa energia para fazer uma coisa... aí fica brigando com o vizinho, por nada. Até esse projeto de Itaipu, e foi inspirado um pouco, era a bomba, a nossa bomba, e que estava sendo uma coisa custosa politicamente, você ter feito isso naquele lugar. Mas enfim. Então isso funcionou bem. Funcionou bem. E acabamos evoluindo para esse sistema de contabilidade etc.. Botamos a...

M. S. – Isso foi negociado depois dessas prévias com o Sábato.

S. B. – Foi, foi depois.

M. S. - Bem depois. Já com as burocracias nucleares envolvidas.

S. B. – Isso, isso. Aí, eu já tinha até um pouco meio que me afastado, porque já era uma coisa mais burocrática. Mas foi muito bom resultado.

M. S. – Embaixador...

S. B. – Só para encerrar essa parte nuclear. Na época do Carter, o Brasil e a Argentina eram postos, em termos de inimizade, no mesmo nível de Índia e Paquistão. Eram quatro exemplos no mundo. Era Índia e Paquistão, Israel e seus vizinhos, a África do Sul contra a África negra e Brasil e Argentina. O que me convence mais ainda que o nível de dificuldade entre Brasil e Argentina não tem a ver com o dos outros três. É claro que a África do Sul mudou. Mas você botar Brasil e Argentina no mesmo nível de dificuldade de Paquistão e Índia, de Israel e seus vizinhos... E isso daí, pelo menos nós saímos desse...

M. S. – Dessa categoria. Claro.

S. B. – Foi um certo alívio.

M. S. – Só por curiosidade. O senhor guardou a documentação que o senhor mandava para o Paulo Tarso sobre os encontros com o Sábato?

S. B. – Não. Eu tenho esse meu terrível defeito do passado, que eu muito me arrependo mas que não tenho mais como solucionar, eu não...

M. S. – De não guardar documento.



**S. B.** – Não guardar documento.

**M. S.** – Então avançando com Sarney. O senhor ficou todo o governo Sarney com o Setúbal. Perdão. Com Paulo Tarso.

**S. B.** – Fiquei. Fiquei. E aí, enfim, aí teve o lançamento da Rodada Uruguai, que foi interessante, a nossa resistência lá no GATT. Mas acho que são coisas menos importantes politicamente do que essa parte, eu acho, dessa parte nuclear, essa parte com a Argentina, parte do início do Mercosul, que... Eu não sou responsável pelo Mercosul. [ri]

**M. S.** – Claro. O senhor virou embaixador nesse período, já no fim de Sarney. Ou foi no começo do Collor?

**S. B.** – Deixa eu me lembrar. Espera aí. Ministro de primeira classe... Rapaz! Ainda foi no Figueiredo.

**M. S.** – Com Figueiredo, o senhor já era embaixador? Por força de onde? Porque o senhor era muito novo para ser embaixador.

**S. B.** – No fundo é porque eu não fui para o exterior.

**M. S.** – Fez carreira em Brasília.

**S. B.** – Fiz carreira em Brasília. E...

**M. S.** – Por opção, o senhor não foi para o exterior?

**S. B.** – Foi por opção. Foi por motivos pessoais. Aí não fui para o exterior. E ao não ir para o exterior num determinado momento, aí fiquei preso com determinados assuntos, aí fui ficando. Então é por isso, quer dizer, eu vou para o gabinete do Silveira em meados de 76 e depois vou para o gabinete do secretário-geral e fico, até ir para Moscou, eu fico em posições de destaque e aparecendo, entendeu.

**M. S.** – Quase dez anos.

**S. B.** – Não. Foi mais. Foi de 76 a 90. Quatorze, quinze anos. E aí você... está lá. Nesse período, eu não fiz grandes coisas mas não fiz nenhuma besteira, era visto, você fica perto das pessoas, os presidentes acabavam... O Geisel, pelo menos foi o que o Silveira me disse, o Geisel não me disse, mas o Geisel... Porque tinha um negócio de tempo, que eu não podia ser... Na época do Silveira, ele deu, na nossa turma, um grande salto, ele nos levou de secretário a ministro.

**M. S.** – Porque ele aposentou muita gente.

**S. B.** – Aposentou muito gente, criou mais vagas, etc.. E o Geisel... Quer dizer, eu não podia ser promovido numa data xis, e o Geisel, segundo o Silveira, disse que ia me promover ministro antes de sair. E não se falou mais nisso. [ri] Isso foi me dito em dezembro. E aí eu fiquei bastante ansioso, não é. E o Geisel largou o governo no dia 15

de março, eu fui promovido no dia 12 ou 13. E depois então, dois anos depois, foi o Figueiredo. Porque também... Enfim. Eu não penso em coisas muito interessantes para contar sobre o período que eu fiquei com o Baena. São coisas menores, uns episódios, um episódio aqui, outro ali. Mas, de certa maneira, eu estava perto do poder, o Figueiredo ouvia falar no meu nome, o Guerreiro.

M. S. – Não. Vamos avançar. Vamos avançar para 89 e para o Collor.

S. B. – É. Bom. Aí eu...

M. S. – O Collor se elege; e tem uma mudança importante dentro da casa.

S. B. – Tem. Mas aí eu saí, fui para o exterior. Fui para Moscou.

M. S. – Isto. Mas um pouco depois. Em 90 o senhor vai.

S. B. – Não. Eu fui, eu fui...

M. S. – Logo no começo do governo?

S. B. – Logo no começo do governo. Eu fui...

M. S. – Por que Moscou?

S. B. – Por que Moscou? Porque eu não tinha cuidado muito de pegar um posto de prazer e Moscou era o lugar mais interessante do mundo naquele momento. O grande *superstar* do mundo naquela época era o Gorbachev. E a minha mulher é seriíssima, gosta de trabalhar, gosta de... [ri] Então acabou me convencendo que Moscou... Não estava aberta, felizmente, não estava aberta a embaixada em Paris, mas... Eu digo felizmente porque, depois, eu me dei conta que eu teria detestado. Eu gosto demais de Paris para ser embaixador lá. [ri] Mas enfim. Aí eu... Moscou, é o que tinha, e eu fui muito motivado para lá. Porque se você pegar a partir da posse do Gorbachev em 85, o mundo, de certa maneira, passa a viver em torno do Gorbachev. Então eu fui muito motivado, muito satisfeito.

M. S. – Qual era a agenda? O senhor foi com alguma instrução? Ou não tinha instrução, a não ser observar o Gorbachev e reportar?

S. B. – Tinha. Tinha a de você... É. E de tentar...

M. S. – Porque nossas relações não tinham densidade.

S. B. – Não. Não. Embora tivesse uma parte de comércio importante com a União Soviética. Mas aí era mais do mesmo, você ir lá e... E o meu antecessor foi o Ronaldo Sardenberg, que tinha feito lá um excelente trabalho de... tinha informação também, de manter canais com pessoas. Porque aí não é tão fácil, entende. Que o Brasil na Rússia é muito desconhecido. Todo mundo... é importante, é importante, quer dizer, um país grande; mas é desconhecido. Então a idéia era... E para você ter uma idéia, Moscou foi uma das cidades, a União Soviética foi um dos países visitados pelo Collor ainda como

presidente eleito. Então eu tinha combinado que eu ficaria... Eu já estava nomeado para Moscou, já tinha passado a sabatina do Senado. Tudo foi organizado.

M. S. – Já tinha o *agrément* também.

S. B. – Já tinha o *agrément*, já tinha passado a sabatina, portanto, no final de dezembro, eu já estava pronto para ir para Moscou; só faltava mesmo a parte do Itamaraty, fazer lá o... E então... Mas eu tinha combinado com o Paulo Tarso que eu ficaria no Brasil até a posse do Collor, porque aí viria a nova... E eu iria no dia seguinte. Mas como o Collor foi a Moscou, e foi uma decisão muito rápida, como, em geral, eram as decisões do Collor, eu saí da noite para o dia. Eu fui...

M. S. – O senhor foi para o posto para recebê-lo lá.

S. B. – É. Fui lá, apresentei credenciais, os soviéticos colaboraram muito porque eles estavam gostando de ser visitados pelo novo presidente do Brasil. O Sardenberg, por sua vez, saiu para Madri, porque ele foi para Madri. E eu cheguei em Moscou... sei lá, dia 20 de janeiro do ano que o Collor assumiu, que foi 90, não é? E o Collor esteve lá uma semana depois.

M. S. – O senhor o recebeu.

S. B. – Eu o recebi. Ele ficou hospedado no...

M. S. – Na embaixada.

S. B. – Não. No Kremlin. Não era bem dentro do Kremlin não, mas é numa casa de hóspedes.

M. S. – Tipo uma *blair house*.

S. B. – É, uma *blair house*. Os soviéticos são ricos nesse tipo de coisa. E foi uma viagem com muita publicidade, com muita repercussão. Primeiro, do Collor, que ele era um sujeito bonitão, saiu de *jogging*...

M. S. – E modernizador e liberal, etc..

S. B. – É. Ele fazia uns *joggings* na neve, caminhando mesmo...

M. S. – Ah. Ele fez *jogging* em Moscou também.

S. B. – Em Moscou, é. Não. Ele era um sujeito de mídia, não é. E aí aconteceu uma coisa curiosíssima. Que a imprensa mundial achou que o Gorbachev tinha dado uma mensagem para os Estados Unidos através do Collor.

M. S. – Como é a história?

S. B. – É. Que o Gorbachev tinha dado uma mensagem para o mundo ocidental, os Estados Unidos em particular, através do Collor. Para você ter... Isso daí é... O muro de Berlim é novembro de 89, não é. (*Toca um telefone*) (Não vou atender, não.) E a ida do

Collor é janeiro. É difícil você ter uma idéia hoje do que era, que todos os movimentos do Gorbachev eram olhados.

M. S. – Claro. Lidos e relidos.

S. B. – Então foi uma visita do Collor que teve muita repercussão, inclusive repercussão mundial.

M. S. – Qual foi a mensagem?

S. B. – Não sei. Eu não sei nem se ele deu. [risos] Eu acho que foi um mal-entendido. [ri] Foi um mal-entendido. Quer dizer, eu não sei... Eu não me lembro direito. Mas o... *(Toca um telefone. Não atende.)* Houve um mal-entendido porque alguém do Kremlin... Alguém do Kremlin é que criou isso. Mas é um detalhezinho.

M. S. – O senhor chegou a encontrar com Collor em Moscou. Ele lhe passou alguma mensagem ou instrução, tendo em vista que o senhor tinha acabado de chegar?

S. B. – Passou. Passou. Cheio de... “Esse país é um país importantíssimo, temos que fazer muito com ele”.

M. S. – Que tipo de coisa fazer com eles?

S. B. – Temos que fazer acordos comerciais, acordos tecnológicos, tem muita tecnologia. Era uma coisa muito bem intencionada. Ele, muito modernizante assim. Não me impressionou muito, não, porque eu achei que era uma coisa um pouco... Eu acho que ele estava no caminho correto em grande parte das coisas, mas era pouco sólida.

M. S. – Quem assessorava ele em política externa? Ele conversava com alguém em particular?

S. B. – Não. Quem o ajudou na transição, quem o ajudou muito foi o Paulo Tarso. Mas organizou muito na organização, porque ele ocupou lá o Itamaraty, o governo provisório dele ocupou o que a gente chama de bolo de noiva, não é. Mas aí o Collor tinha, ele tinha o cunhado, que era Marcos Coimbra, que era o embaixador e que ele chamou para ser seu chefe de gabinete e chamou também para ser seu assessor diplomático. O Marcos Coimbra é um homem, eu acho que... não é particularmente burro não, mas nem... Mas era sujeito correto e muito simpático e... Mas tinha passado a carreira dele toda trabalhando muito pouco e em lugares marginais; mas ao mesmo tempo ele tinha sido muito bom para o Collor, porque era mais velho, e o Collor... Aí já entra uma coisa que...

M. S. – Pessoal.

S. B. – É. Então... Mas foi um erro. O Collor fez... Não é à toa que ele acabou caindo tão rápido, porque, além dos seus defeitos intrínsecos, ele ainda se assessorou muito

mal, se assessorou muito mal em tudo, até em política externa. Esse Marcos Coimbra era um... era um bobo.

M. S. – Como era a relação do Marcos Coimbra com Paulo Tarso, que parece ser também um homem forte por trás da política externa?

S. B. – Olha. Foi...

M. S. – Hiperfortalecido por ter sido um secretário-geral muito poderoso.

S. B. – Muito poderoso. Muito. Eu acho que era assim... Porque o Paulo Tarso devia ter uma certa... Porque o Paulo Tarso era uma pessoa muito de poder, não é, então, as pessoas de poder quando encontram outras que são de poder, em geral, não se dão bem. Mas eu não sei se foi muito... Porque aí eu já estava fora, eu também não... Agora o que houve é que... Houve aquele episódio dos reféns brasileiros no Iraque, que aí tiveram que apelar para o Paulo Tarso. Porque o Marcos Coimbra procurou mostrar ao Collor que - não, agora é outra coisa. Nós somos pessoas melhores e vamos deixar esse pessoal e...

M. S. – Esse pessoal era o pessoal que ocupava o topo da carreira, não é?

S. B. – O Paulo Tarso... É. Inclusive, fizeram lá uma nova legislação que muitas pessoas tiveram que ser aposentadas em meses. Foi uma bobageira. Uma bobageira. E a coisa muito malfeita. Não é nada respeitável. Foi um período... um período... Por sorte o Brasil não tem muito problema. Se a gente não fizer bobagem demais, não acontece...

M. S. – Dá tudo certo.

S. B. – É. Mas é verdade.

M. S. – Claro. Nesses cinco anos de Moscou, além de o senhor estar num lugar de poder observar a implosão do império soviético, tem alguma coisa fundamental, que o senhor acha que vale a pena registrar?

S. B. – Não.

M. S. – Podemos avançar então. Como acontece o convite para ser secretário-geral do Itamaraty, do Fernando Henrique?

S. B. – O Lampreia me disse que o Fernando Henrique tinha acenado com ele que, se fosse presidente, gostaria que ele fosse secretário-geral... gostaria que ele fosse ministro; e que, se ele fosse ministro, gostaria que eu fosse secretário-geral.

M. S. – Quem teria dito isso era o Fernando Henrique. Ou o Lampreia lhe disse que ele, Lampreia, gostaria que o senhor fosse?

S. B. – Ele me disse que ele, Lampreia. Acontece também que eu conheço o Fernando Henrique de muitos anos. Conhecia lá de Brasília, porque ele é senador, já conhecia.

Conhecia também um pouco de São Paulo, sei lá como. E quando eu estava em Moscou o Fernando Henrique foi lá duas vezes.

M. S. – Como senador ou como ministro?

S. B. – Ele foi uma como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Aí ficou hospedado lá em casa; num momento muito interessante, que era o momento, aquele momento que Collor estava cai, não cai. Ele recebeu o convite para ser chanceler do Collor...

M. S. – E o Covas o convenceu a não ir.

S. B. – É. Ele recebeu o convite lá na embaixada.

M. S. – E a reação dele?

S. B. – Ele ficou animado. Porque eu acho que, nessa época, ele tinha a impressão de que dava para salvar o Collor. Talvez tivesse dado. Talvez tivesse dado, se fosse um pouco antes, não tivesse havido tantas coisas.

M. S. – Claro. Se o Collor não tivesse comprado briga com tantos setores importantes.

S. B. – É. Ele comprou...

M. S. – Com todos. Com a classe média, o empresariado, a Fiesp.

S. B. – É. E se cercou muito mal, com pessoas que não sabiam nada de nada. O próprio Bernardo Cabral. Que ele comprou Bernardo Cabral como se fosse um grande jurista, que não é. Tinha sido presidente da OAB. Também é complicado, você vir do interior para a capital. Que eu acho que, de certa maneira, foi o que vitimou o Jimmy Carter.

M. S. – Também. Da Georgia para Washington.

S. B. – É. Isso não aconteceu com o Clinton e a Hilary porque os dois já eram formados em malandragem. [ri] Mesmo assim foi duro. Não é fácil não. E o Collor, além de trazer vários defeitos de DNA e tudo, de passado, ainda se cercou de pessoas muito bobas. Entre elas... Até não desgosto do Marcos Coimbra não. Nunca me fez nada. É um sujeito... Mas era um... Sabe? Você dizia, meu Deus do céu, depois de ter pessoas sofisticadas, aí fica esse Marcos Coimbra. Ainda botou lá uns amigos. Ainda bem que o Marcos Azambuja era um pouco a cabeça que ainda ficou ali. Mas os outros eram fracos. Mas eu não acho que a política externa seja uma coisa muito importante para que um governo brasileiro se mantenha, não. Não é mesmo. Não é.

M. S. – Certamente, não.

S. B. – Mas enfim. Esteve lá o Fernando Henrique uma vez, depois ele foi uma segunda, aí como intelectual, num desses grupos. Porque nessa época que eu estou te dizendo Moscou era *the place to be*, não é. E finalmente, quando ele se elegeu, ele foi acompanhar a dona Ruth a uma conferência sobre antropologia lá em Moscou.

M. S. – Como presidente eleito ainda.

S. B. – Como presidente eleito. Ele, que estava querendo se proteger, a primeira coisa que ele fez foi fazer um passeio no Pantanal, e a segunda foi passar por Moscou. Ficou uma semana lá, hospedado com a gente. Foi um período muito... Então, quer dizer, o convite já estava assim meio...

M. S. – Mas ele não chegou a mencionar o posto de secretário-geral nessa segunda viagem.

S. B. – Não, não. Ele nunca falou em secretário-geral. Ele falava que queria que eu fosse para trabalhar com ele e tudo.

M. S. – Então o senhor já começou a preparar as malas, mesmo sem saber.

S. B. - Já. Eu achava... É. Eu achei natural que fosse trabalhar com ele em algum lugar. E achei que ia ser secretário-geral mesmo. [ri] Não foi uma grande surpresa.

M. S. – Entendi. Está ótimo. Que tal se continuarmos na próxima sessão com os anos de secretário-geral?

S. B. – Isso! Isso.

M. S. – Perfeito.

S. B. – É. Porque chega um momento também que eu já não... [riso]

M. S. – Claro. Sabe como a gente descobre? Acontece com todo depoente. O depoente começa a ficar cansado e faz assim, começa a segurar o queixo, porque está cansado.

S. B. – É por isso, não é? [ri]

M. S. – É. Todo depoente é assim.

**[FINAL DO DEPOIMENTO]**